

EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, CIDADANIA: TRILOGIA NECESSÁRIA À FORMAÇÃO DO SER HUMANO

Grasiela Maria de Sousa Coelho*
Mirian Abreu Alencar Nunes*

RESUMO

Tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica, as reflexões apresentadas neste texto objetivam discutir acerca da relação entre educação, Filosofia e cidadania como embricamento indispensável à formação do ser humano. Na construção desse caminho, refletimos sobre a dinamicidade da cidadania que se dá em movimento de escolhas, posturas e atitudes que demarcam as nossas relações sociais; sobre a educação enquanto instrumento de construção e reconstrução de valores e normas, que dignificam as pessoas e as tornam mais humanas e comprometidas com o agir ativo e efetivo no exercício da cidadania e, por fim, da Filosofia enquanto instrumento de recuperação do saber que deve oportunizar ao ser humano compreender-se enquanto cidadão participante da sociedade, tendo consciência da importância de sua participação na construção desta. Para fundamentar este artigo tomamos por base Kant (1996), Marx (2006), Pucci (1998), Scruton (2000), Mészáros (2005), Alarcão (2003), dentre outros.

Palavras-chave: Educação. Filosofia. Cidadania.

EDUCATION, PHILOSOPHY, CITIZENSHIP: NECESSARY TRILOGY To the FORMATION OF the HUMAN BEING

ABSTRACT

Having as methodology the bibliographical research, the reflections presented in this text objectify to argue concerning the indispensable relation between education, Philosophy and citizenship as embricamento to the formation of the human being. In the construction of this way, we reflect on the dinamicidade of the citizenship that if of the one in movement of choices, positions and attitudes that demarcate our social relations; on the education while instrument of construction and reconstruction of values and norms, that dignify the people and they become them more engaged human beings and with active and effective acting in the exercise of the citizenship, and finally of the Philosophy while instrument of recovery of knowing that it must oportunizar that the human being is understood while participant citizen of the society and has conscience of the importance of its participation in the construction of this. To base this article we take for base Kant (1996), Marx (2002), Pucci (1998), Scruton (2000), Mészáros (2005), Alarcão (2003), amongst others.

Word-keys: Education. Philosophy. Citizenship.

*Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí- UFPI

1. Considerações Iniciais

O presente artigo tem como objetivo discutir acerca da relação entre educação, Filosofia e cidadania como embricamento indispensáveis à formação do ser humano, ao contribuir para sua emancipação e reflexividade enquanto sujeito em transformação, que prima pela construção de uma sociedade mais justa, igualitária e menos excludente.

Na construção desse caminho, refletimos sobre a dinamicidade da cidadania como movimento de escolhas, posturas e atitudes que demarcam as nossas relações sociais, visto que decorre do sentimento de pertença dos indivíduos e das tribos à sociedade em que se inserem, bem como do desenvolvimento de atitudes e valores favoráveis à igualdade, responsabilidade e solidariedade.

Compreendemos ainda a relevância do papel docente como ferramenta indispensável para a formação da consciência crítica do aluno-cidadão, valorizando a pluralidade sócio-histórico-cultural deste, e contribuindo para que ele seja capaz de resolver situações-problema do seu cotidiano.

Dessa forma, o texto organiza-se em duas partes. Na primeira suscitamos discussão sobre a formação cidadã na contemporaneidade, bem como a contribuição da educação para este processo. Na segunda parte, pontuamos considerações acerca da educação filosófica como oportunidade de fomento para a reflexividade e criticidade das novas gerações de cidadãos que busca a plenitude do humano não somente em seus atos, mas também na sua consciência e efetiva participação na transformação em busca da cidadania civil, econômica, intercultural, política e social.

2. A importância da educação para a formação cidadã

A sociedade brasileira passa por transformações na esfera política, econômica e social, exigindo da escola a formação de um novo aluno, capaz de atuar na sociedade de maneira a transformá-la. Nesse sentido, a cidadania depende cada vez mais da educação, visto que a formação cidadã vem sendo destacada como necessária, para que o ser humano seja capaz de desenvolver habilidades cognitivas e condutas que facilitem o enfrentamento de situações dinâmicas. A escola, neste panorama, deve preparar o aluno para resolver problemas

práticos utilizando conhecimento científico e aperfeiçoando-se continuamente com criatividade, responsabilidade e criticidade.

A preocupação com a formação cidadã do educando necessita ser uma das preocupações primordiais da escola, primando pela construção da sociedade mais justa, igualitária e menos excludente. Segundo Scruton (2000), uma sociedade civil age errado quando faz ou permite que sejam cometidos atos que podem causar sua própria ruína.

A educação é o instrumento de construção e reconstrução de valores e normas, que dignificam as pessoas e as tornam mais humanas e comprometidas com o agir ativo e efetivo no exercício da cidadania. Partindo desse entendimento, estabelecemos discutir acerca do que seja cidadania e educação, bem como a co-relação entre estas duas esferas para a formação cidadã.

A origem da palavra cidadania vem do latim “civitas”, que significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra politikos- aquele que habita na cidade. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou poderia exercer. De acordo com Dallari (1998, p. 41):

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

O processo histórico denota que a cidadania não surge do nada, nem tampouco a simples conquista legal de alguns direitos significa a realização destes. É necessário que o cidadão participe, seja ativo, faça valer os seus direitos. Nessa direção, construir cidadania é também construir novas relações e consciências.

Segundo Marx e Engels (2002), a consciência da necessidade de manter relação com os outros indivíduos marca o ensino da consciência do homem de que vive, de fato, em sociedade. Dessa forma, compreendemos que é no convívio cotidiano que exercitamos nossa cidadania, por meio das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e com o próprio ambiente.

Somos, então, remetidos a pensar nossos valores e atitudes, pois a cidadania não nos é dada, ela é construída e conquistada a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social, visto que perpassa por valores como solidariedade, igualdade, democracia, tolerância, direitos humanos, ética, ecologia, etc.

A história da cidadania no Brasil está diretamente ligada à evolução constitucional do país. A Constituição imperial de 1824 e a primeira Constituição republicana de 1891 consagravam a expressão cidadania. De acordo com Bernardes (1995), a partir de 1930 ocorre a distinção nos conceitos de cidadania, nacionalidade e naturalidade.

Desde então, nacionalidade refere-se à qualidade de quem é membro do Estado brasileiro, e o termo cidadania tem sido empregado para definir a condição daqueles que, como nacionais, exercem direitos políticos. Deste modo, o exercício da cidadania implica autonomia e liberdade responsável, e participação na esfera política democrática, bem como na vida social.

Nesse cenário, ser cidadão é perceber que fazemos parte do mundo, visto que nossas escolhas, posturas e atitudes diante da vida, afetam não apenas a nós mesmos, mas também a de outras pessoas e da sociedade em si. Nisto consiste o princípio ético na vida do cidadão, fazendo-nos refletir sobre o nosso agir e sobre a maneira como essas ações influenciam outros seres humanos.

Constituir-se cidadão, é, pois, assumir-se protagonista do processo histórico e participar politicamente, não aceitando perda de conquista já efetuadas; é também exigir justiça para si e para os outros, bem como contribuir para a construção da democracia participativa. Ou seja, é objetivo perseguido por aqueles que anseiam por liberdade, mais direitos, melhores garantias individuais e coletivas, e possibilidade de emancipação.

Uma dessas possibilidades é a educação transformadora. Freire (1987) frisa que, na sociedade governada por interesses dominantes, a prática da liberdade se expressa adequadamente na pedagogia que possibilita ao oprimido condições de reflexividade, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria história. Devemos então, compreender que a educação transformadora é também uma prática de vida e uma peça fundamental para as relações humanas e mudanças sociais.

Partindo desse entendimento, comporta discutirmos acerca da educação, enquanto artefato que contribui para a ação e a reflexão do ser humano em suas relações com o mundo.

Compreendemos educação como processo pelo qual o ser humano se constroi, na sua relação com o outro, com o mundo, e com o saber acumulado de sua espécie, de sua cultura e de seu contexto social. Ou seja, é a nossa própria vida. Concordamos com Mézaros (2005, p.12) ao afirmar que:

Educar não é a mera transferência de conhecimento, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das

cadeias do determinismo liberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.

Nessa mesma linha de entendimento, Kant (1996) pontua que o homem tem necessidade de cuidados e de formação, e que este não pode tornar-se um verdadeiro homem, senão pela educação, pois ele é aquilo que a educação faz dele.

Comporta desse modo, reconhecer o papel do educador para a formação da consciência crítica do aluno, valorizando a pluralidade sócio-histórico-cultural deste, bem como contribuindo para que ele seja capaz de resolver situações-problema, rompendo assim com a educação livresca, inútil e tradicional.

A escola então, deve proporcionar ensino de qualidade, estimulando a formação de cidadãos livres e conscientes de seu papel na construção ou transformação da sociedade. Para tanto, o educador precisa adotar postura crítica frente à realidade que aí está, atuando de forma responsável, participante do contexto social no qual está inserido e, como sujeito crítico-reflexivo, ser capaz de perceber a realidade e a partir dela assumir a postura educativa capaz de promover transformação educacional e social.

Gleizer (2005) expõe que toda a vida efetiva do homem depende da natureza do seu conhecimento, e para que nossa potência intelectual possa se desenvolver e tornar-se efetivamente eficaz, é necessário que as condições exteriores sejam favoráveis. Nesse sentido, torna-se imprescindível a postura crítica do educador ao agir como mediador na formação também crítica do educando. Afinal de contas, o verdadeiro mestre é aquele que torna os homens melhores e ajuda a fazer melhores cidadãos numa sociedade tão desigual (VALLE, 2002).

Educar nessa sociedade, é educar para a mudança. É não ignorar o momento vivido, e nem estar alheio aos conflitos que nos cercam. Assim, não é possível ao educador permanecer neutro, pois ou educa a favor dos privilégios, ou contra eles, ou a favor das classes dominantes, ou contra elas.

Cabe, portanto, ao educador refletir acerca de sua prática docente, e se necessário, reestruturá-la e criar condições objetivas para que a educação transformadora seja realmente possível. É necessário também, buscar alternativas pedagógicas que favoreçam o agir de pessoas mais solidárias e preocupadas em repensar o individualismo estimulado pela sociedade aí presente.

Nesse panorama, ser educador reflexivo é compreender a prática como espaço de reflexão crítica, problematizando a realidade educacional, bem como analisando e

reelaborando criticamente os caminhos de sua ação. Esta é a reflexão autêntica que pode possibilitar que o educador e educando tornem-se cidadãos mais livres, como defende Freire (1987, p. 71)

A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstrato nem sobre este mundo sem homem, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vive-versa.

Na construção desse caminho, a noção de educador reflexivo, segundo Alarcão (2003), refere-se à concepção de que educador é criativo e não se constitui em mero reprodutor de ideias e de práticas de outrem. Assim, os educandos não serão considerados recipientes dóceis de informação, mas estimulados a investigarem, e serem críticos, de forma dialógica com o educador, investigador crítico, também. (FREIRE, 1987).

Ao reconhecermos e acolhermos a reflexão acerca dessa questão, torna-se oportuno realçar a importância da educação para a formação de cidadãos ativos e conscientes nesta sociedade em dinâmica transformação. Posto tal relevância, à escola é exigido que educar para a cidadania é não permitir que a informação seja aceita sem a necessária reflexão. É ensinar a nunca se permitir ser objeto, mas sim, construtor de seu próprio ser, de sua própria identidade, do seu próprio mundo, da própria sociedade. Uma educação plena para a toda a vida.

Educação e cidadania caminham juntas. Educar para a cidadania é, sobretudo, compreender o indivíduo como pessoa no sentido amplo da palavra, mente, corpo e espírito. Assim, o conhecimento construído em sala de aula de nada adianta se não tiver relacionado ao contexto social, político e cultural, permitindo que o indivíduo perceba-se como construtor de sua história e da própria história.

A educação comprometida com a formação cidadã deve possibilitar libertar o ser humano da ignorância, da marginalidade, da pobreza e da alienação. No entanto, este indivíduo, somente será considerado livre quando compreender que desalienar é dar conta da diferenciação entre acumulação de conhecimento e compreensão de mundo. (MÉSZAROS, 2005).

A Filosofia desempenha papel relevante, podendo possibilitar que o ser humano além de refletir sobre essa liberdade, desenvolva-se dentro da sociedade em que esteja inserido, de forma crítica e emancipatória, como discutiremos a seguir.

3. A Filosofia e a efetivação da cidadania

Como já mencionamos anteriormente, cidadania é a qualidade ou estado do cidadão, é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou no desempenho de seus deveres para com este. A cidadania fomentada pelos conhecimentos filosóficos dá ênfase a um conceito emancipador e crítico na organização da sociedade, possibilitando a reflexão sobre a práxis social na busca da construção de espaços mais amplos para o exercício da liberdade.

Ao longo da nossa história, a cidadania se tornou um termo ultrapassado e banalizado na fala do senso comum. O nefasto dessa desvalorização implica que esse termo não representa nada além da mediocridade da realidade manipulada por políticas, políticos ou do mercado que organizam o mundo globalizado. A globalização, por sua vez, procura evitar qualquer reação diferente de seus interesses e alimenta a identidade do cidadão enquanto consumidor, tornando-o omissivo e passivo.

Nesse cenário, a mídia configura-se como instrumento de poder, trabalhando a comunicação e o entretenimento numa sociedade cada vez menos reflexiva, que busca uma igualdade dos atos longe da diversidade humana: suas manifestações tornam-se modas a serem consumidas, utilizando-se da cultura de massa e ideológica baseada no *marketing*.

A questão da vida digna como condição de possibilidade do exercício da cidadania, ainda é um problema que o capitalismo vigente em nossa sociedade não é capaz de resolver. Sem apropriar-se de bens materiais, simbólicos e sociais o homem e a mulher não se fazem plenamente humanos e têm sua dignidade comprometida, o que lhes coloca uma situação de não-cidadania.

Percebemos então, nesse contexto, a educação filosófica como oportunidade de fomento para a reflexividade e criticidade das novas gerações de cidadãos, buscando a plenitude do humano não somente em seus atos, mas também na sua consciência e efetiva participação na transformação em busca da cidadania civil, econômica, intercultural, política e social.

Assim, sendo a liberdade um exercício historicamente condicionado, não haverá jamais uma libertação total, nem tampouco uma dominação absoluta, havendo sempre a possibilidade de os seres humanos decidirem libertar-se não apenas daquilo que os oprime, como também dos limitados horizontes de conhecimentos nos quais se movem, a fim de poderem realizar aquilo que os humanize cada vez mais. Nesse sentido, compreendemos que:

[...] a retórica não nasceu como arma a ser utilizada por aqueles que atacam indiscriminadamente, pretendendo fazer valer sua influência e visando somente ao seu interesse; ela se instituiu como instrumento a serviço da busca por justiça que a polis empreendia, e como prática da palavra que, no contexto democrático, permitia a defesa daqueles que eram atingidos pela injustiça, conduzindo assim à vitória sobre os poderosos de sempre (VALLE, 2002, p. 155).

Partindo desse entendimento, vislumbramos a cidadania enquanto construção histórica da representação social e política da nossa cultura, e percebemos a educação filosófica como importante elemento porque possibilita a compreensão de que não há nesse processo uma condição estática, definitiva ou acabada. A cidadania, nessa ótica, é dinâmica, está em constante transformação, assim como o mundo não para, ela deve ser a representação desse mundo e se concretizar na efetiva participação e gozo dos direitos individuais e sociais.

O indivíduo que se anula perante a coletividade, não se faz partícipe do processo, não assume seu papel social, falta-lhe um mínimo de cultura política necessária para a conscientização do processo do qual faz parte, necessitando, portanto, reconhecer a necessidade da inter-relação indivíduo e sociedade, além da reflexão sobre quem é e a que grupo pertence.

Na construção desse caminho, Marx e Engels (2002) consideravam a relação indivíduo-sociedade como unidade indissolúvel, pois a atividade humana não se dá de forma isolada, mas numa rede de relações culturais que possui função transformadora pelo diálogo e pela colaboração. Assim, compreendemos que a consciência constrói-se nas relações sociais mediadas pelos artefatos culturais e que as transformações ocorridas na sociedade são produtos de mudança da vida humana, ou seja, o homem concebido historicamente constrói-se através de suas relações com o mundo social, e como sujeito ativo, tem a capacidade de influenciar o ambiente e, num processo dialético, que se dá numa contínua investigação e reflexão das contradições da realidade, acaba por modificar a si mesmo, sendo a linguagem, fator importante para o desenvolvimento do sujeito, desde que exerça a função de mediadora, organizadora e planejadora do pensamento. Pensar, nesse aspecto diverge de servir e converge com reagir, resistir ao previamente pensado. (PUCCI, 1998).

Nessa perspectiva, a Filosofia deve oportunizar que o ser humano compreenda-se enquanto cidadão participante da sociedade e tenha consciência da importância de sua participação na construção desta. Dessa forma, a compreensão e a maturação da reflexividade são impulsionadas pelo processo da educação filosófica, situada no contexto educacional com as demais disciplinas. Essa ótica encontra suporte em Pucci (1998, p. 28)

Receber algo que se oferece à mente sem refletir sobre ele, é potencialmente o mesmo que aceitá-lo tal como ele é; ao contrário toda reflexão verdadeira impulsiona virtualmente o pensamento na direção de um movimento negativo. O fetiche se desfaz quando se compreende que o que existe não é simplesmente assim ou só assim, e sim que chegou a ser assim sob determinadas condições. Sua forma presente, sob a vestimenta de uma segunda natureza, é resultante de sua historicidade. Pode ser despida. A consciência se degenera pela carência da reflexão. Onde falta reflexão, instala-se em seu lugar a ideologia.

Nesse prisma, a Filosofia é um saber para ser usado em benefício dos seres humanos. Portanto, é necessário que ela seja capaz de se tornar dialógica, para que nos encorajemos mutuamente nesta caminhada de construção de cidadania. Ressaltamos que no diálogo com base filosófica, todos os participantes saem vitoriosos, não há persuasão, mas sim reflexão.

O diálogo que se dá de forma cooperativa e reflexiva, permite que haja interação entre aquilo que é dito, com o que é dito em contrário, ressaltando-se a importância do conflito na construção do pensamento mais abrangente e autocrítico sobre a realidade. Partindo desse pressuposto, entendemos procedente o posicionamento de Holzman (2002, p.94) ao afirmar que a linguagem é “[...] aquilo que permite as atividades dos indivíduos se coordenarem umas às outras.” Nessa perspectiva, a sintonia entre linguagem e reflexão crítica estimulados pela Filosofia torna-se necessária, e possibilitará que cidadãos, em vez de tentarem fugir de suas próprias ideologias e valores, optem por confrontá-las criticamente de forma a compreender como a sociedade os moldou como indivíduos, bem como no que acreditam (Giroux, 1997).

A linguagem, então, provocará um olhar contextualizado e mais profundo sobre os fatos, além de suscitar formas adequadas do sujeito posicionar-se diante da realidade, e contribuir para que o ser humano pense criticamente, e aprenda como afirmar suas próprias experiências para compreenderem a necessidade de lutar individual e coletivamente por uma sociedade mais crítica e suscetível à cidadania.

4. Considerações Finais

Diante do exposto, não podemos dizer que a sociedade atual necessita de educação e cidadania. O que ocorre é que ela tem a educação e a cidadania que lhe são próprias, e são projetadas a partir do interesse dos sujeitos que compõem a sociedade contemporânea.

A educação, nesse sentido, deve contribuir para que o ser humano, enquanto cidadão, tenha a chance de repensar a própria educação e também a sociedade na qual se encontra inserido, posicionando-se como cidadão ciente de seus direitos e deveres na construção da

cidadania do seu país. Nessas circunstâncias, o educador deve repensar a própria educação, sua prática e também a própria sociedade, problematizando o porquê e o para quê do ato educativo.

Esse não pode mais agir de forma neutra nessa sociedade caracterizada por transformações e conflitos, apoiando-se apenas em conteúdos, métodos e técnicas descontextualizados. Mas oportunizar a compreensão por parte dos educandos, que a participação do ser humano e seu envolvimento na vida de uma comunidade, contribui para a produção de conhecimento, para a responsabilização, para a partilha de cultura e para o fortalecimento de sua identidade cidadã.

Defendemos ainda, que a Filosofia enquanto instrumento de recuperação do saber, propõe o trabalho de reflexão sobre os conhecimentos alcançados por todas as ciências, bem como sobre o sentido, o valor da vida e do mundo, e da necessidade de relação do ser humano com este.

Entendemos que enfrentar o grande desafio de assegurar e ampliar o exercício da cidadania em nosso país, implica em questionar o caráter excludente do nosso modelo econômico e, ao mesmo tempo, efetivar e aprimorar a democracia. Para tanto, necessitamos de uma política democrática que viabilize mudanças econômicas para resolver os nossos graves problemas sociais, reconhecer e defender os direitos de todos os cidadãos e garantir o pluralismo e os direitos das minorias. Assim, reiteramos a necessidade de uma educação filosófica voltada para a construção dessas possibilidades, pois não há cidadania ou sociedade sem educação.

Compreendemos que a educação se constroi não somente em função de cada um, mas acontece como expressão de todos. Assim, a educação filosófica sustenta-nos, e nos dá condição de discernir, optar, observar e escolher, desde que todos tenham, evidentemente, acesso a ela e possam usufruir de todas as possibilidades que ela realmente oferece.

Concluimos que percebemos ser notória a grande dificuldade em que se encontra a educação em nosso país com seus inúmeros problemas estruturais. No entanto, o presente artigo é apenas um início de conversa, um convite à reflexão de que não se pode sucumbir a esses percalços, visto ser vital manter aceso o desejo por uma sociedade mais cidadã e a tentativa de concretizá-la através da educação filosófica.

Referências

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BERNARDES, W. L. M. **Da nacionalidade**: Brasileiros natos e naturalizados. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.
- DANIELS, H. (Org.). **Uma introdução a Vygotsky**. São Paulo: Loyola, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p.33-42.
- GLEIZER, Marcos André. **Espinosa e a afetividade Humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- KANT, E. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba (SP): Ed. Universidade Metodista de Piracicaba, 1996. MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.
- MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempos, 2005.
- PUCCI, Bruno. **Filosofia da Educação: para quê?** Perspectiva. Florianópolis, v. 16, n. 29, jun/1998.
- SCRUTON, ROGER. **Espinosa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- VALLE, Lílian. Do enigma do mestre. In: **Os enigmas da educação**: a Paidéia democrática entre Platão e Castoriadis. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.